

Reeleição de prefeitos no Brasil no período 1996-2008.

BARRETO ALVARO.

Cita:

BARRETO ALVARO (2010). *Reeleição de prefeitos no Brasil no período 1996-2008*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/297>

A força do cargo: reeleição de prefeitos e intendentes no Brasil e no Uruguai (2000-2010)

Alvaro Augusto de Borba Barreto

albarret.sul@terra.com.br

Instituto de Sociologia e Política - Universidade Federal de Pelotas (ISP-UFPel)

Opini3n P3blica, Comunicaci3n Pol3tica y Comportamiento Electoral

"Trabajo preparado para su presentaci3n en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Pol3tica, organizado por la Asociaci3n Latinoamericana de Ciencia Pol3tica (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010."

A força do cargo: reeleição de prefeitos e intendententes no Brasil e no Uruguai (2000-2010)

Alvaro Augusto de Borba Barreto
albarret.sul@terra.com.br
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Resumo: O trabalho analisa comparativamente o impacto que a possibilidade de reeleição do chefe do executivo local (intendente no Uruguai e Prefeito no Brasil) tem apresentado nos dois países, em função das mudanças institucionais realizadas nos anos 1990 que reduziram as distinções entre ambos. Busca saber como, com a possibilidade de reeleição e calendário autônomo, a eleição do chefe do executivo local tem se apresentado no que tange a candidatos e partidos postulantes, resultados, bem como às consequências que vem provocando nos sistemas partidários. Estudam-se os resultados das três eleições mais recentes nos dois países (2000, 2004 e 2008 no Brasil e 2000, 2005 e 2010 no país vizinho), em 62 municípios brasileiros que poderiam ter segundo turno nas eleições observadas e nos 19 departamentos uruguaios.

Introdução

Brasil e Uruguai são países muito diferentes entre si. Enquanto um fala português e possui população estimada de quase 200 milhões de habitantes, o outro apresenta colonização espanhola e não chega a 3,5 milhões, dos quais aproximadamente 50% concentrados na capital Montevidéu. O território brasileiro é cerca de 50 vezes maior do que o uruguaio, o segundo menor da América do Sul. Do ponto de vista de organização política, embora os dois adotem sistema presidencialista e representação proporcional, tem-se uma federação e um Estado Unitário. Além disso, o Uruguai é detentor de um sistema partidário classificado como institucionalizado, estável, consolidado e altamente nacionalizado, cujas mais tradicionais legendas são centenárias (partidos Colorado e Nacional), enquanto o Brasil não goza dos mesmos atributos. Enfim, em uma primeira análise, a magnitude dos contrastes não estimula a comparação, ainda mais no campo da política.¹ No entanto, a contra-senso, o trabalho se propõe a empreender tal tarefa.

O mote é o fato de ambos terem vivenciado alterações em seus sistemas políticos, no final dos anos 1990, as quais reduziram as diferenças institucionais entre eles. O Brasil adotou, por meio da Emenda Constitucional 16, de quatro de junho de 1997, a reeleição imediata para mais um único mandato do chefe do executivo dos três

¹ - Muitos estudos comparam elementos dos sistemas políticos dos dois países, mas em trabalhos que envolvem outros do Cone Sul ou grande quantidade de estados sul-americanos, latino-americanos ou da terceira onda de democratização, tais como: SHUGART/CAREY (1992), MAINWARING/SCULLY (1995), MAINWARING/SHUGART (1997), COPPEDGE (2000), MAINWARING/BRINKS/PÉREZ-LIÑAN (2001), MAINWARING/JONES (2003), SERNA (2004), PÉREZ-LIÑAN (2004); ANASTASIA/MELO/SANTOS (2004), OLIVEIRA (2006), MOREIRA (2006), MARENCO/SERNA (2007), CARDARELLO (2009). Pesquisas centradas apenas no Brasil e no Uruguai, como a de MOREIRA (2000), não são tão comuns.

níveis da administração pública, o que não era experimentado desde a República Velha, quando governadores (então presidentes da província) e prefeitos (então intendentes) poderiam ser reconduzidos. Em unidades subnacionais, o país vizinho a pratica desde 1934. Já o Uruguai, entre outros elementos de uma ampla reforma constitucional que entrou em vigor em janeiro de 1997, interrompeu 60 anos de tradição e separou a eleição nacional da departamental, sendo que o Brasil possui um calendário autônomo para as disputas locais há várias décadas.

Este trabalho se dispõe a analisar como tem se apresentado a eleição para prefeito e intendente, após a adoção da possibilidade de reeleição imediata e a realização das disputas em um calendário autônomo. O enfoque se centra nos resultados e nos candidatos postulantes – em especial a presença do titular em busca de um novo mandato subsequente (*incumbent*). Trabalha-se com a perspectiva de que pleitos nos quais o chefe do executivo concorre à reeleição são institucionalmente diferentes daqueles em que necessariamente há mudança, pois ele não pode ou não quer se reapresentar. Nesse caso, é preciso saber quem ocupa o espaço deixado pelo titular.

A pesquisa procura aproximar as realidades dos dois países, ao escolher a mesma variável institucional (reeleição do chefe do executivo municipal). A análise está centrada nos concorrentes individuais e busca identificar: (1) os chefes do executivo que poderiam concorrer a um novo mandato; (2) quantos de fato se reapresentaram; (3) aqueles que garantiram a reeleição; (4) no caso de derrota, qual ator político conseguiu este feito e (5) qual a taxa de renovação. Cada um desses eixos é abordado no conjunto dos dois países e na comparação entre eles.

São abordadas as três eleições já realizadas em cada país na vigência das novas ordens institucionais: 2000, 2004 e 2008 (Brasil), e 2000, 2005 e 2010 (Uruguai). Como as grandezas entre os países são muito díspares, delimitou-se a comparação aos 19 departamentos uruguaios² e a 62 dos mais importantes municípios brasileiros (as 26 capitais estaduais e os 36 que, desde 2000, poderiam realizar eleições em dois turnos).³ Desse modo, serão acompanhados os mesmos casos ao longo do período, em um total de 243 disputas (186 no Brasil e 57 no Uruguai).

2. Metodologia

O estudo utiliza as seguintes categorias: “reapresentação” ou *incumbent* indica o prefeito ou o intendente no exercício do cargo que busca subsequentemente um novo mandato para o mesmo posto, e “desistência”, quando ele não concorre. Se há êxito, obviamente, tem-se “reeleição” (também identificada como “sucesso”) e se não o consegue, “fracasso”. Quando se trata de um ex-chefe do executivo que busca voltar ao cargo, fala-se em “retorno”, e se há o sucesso na empreitada, em “reeleição mediada”.

² - Artigas, Canelones, Cerro Largo, Colonia, Durazno, Flores, Florida, Lavalleja, Maldonado, Montevideo, Paysandú, Rio Negro, Rivera, Rocha, Salto, San José, Soriano, Tacuarembó e Treinta y Tres.

³ - Belford Roxo, Campina Grande, Campinas, Campos, Canoas, Caxias do Sul, Contagem, Diadema, Duque de Caxias, Feira de Santana, Guarulhos, Jaboatão, Joinville, Juiz de Fora, Jundiá, Londrina, Maringá, Mauá, Mogi das Cruzes, Niterói, Nova Iguaçu, Olinda, Osasco, Pelotas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Gonçalo, São João de Miriti, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Uberlândia e Vila Velha. O critério exclui 10 municípios que atingiram 200 mil eleitores apenas em 2004: São Vicente, Bauru e Carapicuíba (SP), Petrópolis (RJ), Cariacica e Serra (ES), Montes Claros (MG), Anápolis e Aparecida de Goiânia (GO) e Ponta Grossa (PR). Na mesma medida, não considera os sete municípios que passaram a contar com a possibilidade de segundo turno em 2008: Blumenau (SC), Uberaba e Betim (MG), Volta Redonda (RJ), Ananindeua (PA), Franca e Guarujá (SP).

Também há a categoria “renovação”, que busca identificar a eleição daqueles que nunca haviam sido escolhidos para o cargo naquele município ou departamento, os quais são chamados de “desafiantes”. A categoria procura ser bastante precisa, razão pela qual está circunscrita ao cargo e ao município/departamento em questão, logo inclui quem havia sido governante em outra localidade, assim como quem foi ou é vice-prefeito ou suplente de intendente do município/departamento em questão. Porém, ela não indica alguém necessariamente inexperiente ou sem carreira política prévia, pois a pesquisa empírica também encontrou dentre os desafiantes: ex-presidentes de importantes empresas estatais, como a Antel do Uruguai, ex e então vereadores, senadores, deputados, ex-ministros e até ex-governadores.

Foram coletados dados relativos a quatro pleitos: os primeiros (1994, no caso uruguaio e 1996, no caso brasileiro) serviram como referência para as comparações, haja vista que foram os prefeitos/intendentes escolhidos naquela oportunidade que puderam pleitear a reeleição imediata. Além deles, aqueles ocorridos na vigência da reeleição e do calendário autônomo e que foram citados na introdução ao trabalho.

A pesquisa trabalhou com a perspectiva de considerar mudanças na relação dos titulares do cargo. Assim, tornou-se imprescindível analisar as circunstâncias de cada caso para classificar ou não o sucessor como chefe do executivo. O critério básico adotado para confirmar a mudança foi o afastamento definitivo daquele que havia sido eleito como titular e, conseqüentemente, a efetivação do substituto – ressalvado o fato de a legislação uruguaia exigir que o intendente que concorre à reeleição se afaste do cargo três meses antes do pleito.

No caso uruguaio, a identificação dos candidatos e da situação em que se encontravam, bem como dos resultados eleitorais, baseou-se em fontes bibliográficas. As obras que versaram sobre os ciclos 1999-2000 e 2004-2005, organizadas pelo Instituto de Ciência Política da Universidad de la República (Vários Autores, 2000; BUQUET [Coord.], 2005) trazem as informações necessárias. Para solucionar incertezas quanto à identificação de ex-intendentes e a substituição de titulares, a pesquisa serviu-se de MAGRI (2000), CARDARELLO (2005, 2009) e do *site* “El Espectador”. No caso do pleito de 2010, consultou-se o *site* do jornal “El País”.

A situação foi inversa no Brasil, não só pelo maior número de situações, como pela ausência de informações sistematizadas. O levantamento dos dados exigiu a consulta a uma diversidade de fontes. A primeira delas, de mais fácil acesso, foi o *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com vistas a obter os resultados das quatro eleições consideradas. De posse dessas informações, foi possível identificar os prefeitos que concorreram à reeleição e o modo como haviam se saído. No entanto, persistiram dúvidas em relação aos que não participaram do pleito, pois não se sabia se haviam: desistido, tido a candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral ou sido substituídos (em razão de renúncia, afastamento pela Justiça, falecimento). Nessa última hipótese, era preciso saber quem havia ficado no lugar do titular. Foi necessário, ainda, realizar uma exaustiva pesquisa para verificar se os concorrentes já haviam sido chefes do executivo naquele município. Essa rede de informações implicou a consulta a artigos e a diversos *sites*: Wikipédia, institucionais (prefeituras, sobretudo), de alguns políticos e de órgãos de imprensa.

3 – Resultados

Tabela 1 – Condição dos chefes dos executivos locais do Brasil e do Uruguai quanto a concorrer à reeleição imediata, no período 2000-2010, em percentuais

Condição	Brasil	Uruguai	Total
Elegível	77,4	80,7	78,1
Inelegível	22,6	19,3	21,9
Total	(186)	(57)	(243)

Como mostra a tab. 1, no conjunto, cerca de 78% dos titulares dos executivos locais poderiam pleitear um novo mandato, sendo que o contraste entre os dois países não é intenso (77% a 81%). Ressalva-se que, no caso brasileiro, estes percentuais podem estar enviesados, já que no pleito de 2000 a totalidade dos prefeitos poderia concorrer à reeleição e que os impedimentos legais (segundo mandato consecutivo) só começaram a operar a partir de 2004. Por outro lado, pondera-se que, coincidentemente, na eleição uruguaia de 2000 todos os intendentos estavam habilitados, pois aqueles que se tornariam inelegíveis foram substituídos em razão de renúncia ou morte.

Tabela 2 – Chefes dos executivos locais do Brasil e do Uruguai que se reapresentaram e que desistiram, em relação aos que poderiam fazê-lo, no período 2000-2010, em percentuais

Condição	Brasil	Uruguai	Total
Reapresentação	83,3	80,4	82,6
Desistência	16,7	19,6	17,4
Total	(144)	(46)	(190)

A procura pela reeleição é amplamente praticada pelos chefes dos executivos locais dos dois países, como indica a tab. 2. No conjunto, 83% deles se reapresentaram, sendo que, novamente, as diferenças entre os dois países não são intensas, embora o índice no Brasil seja um pouco mais elevado do que no Uruguai (83% a 80%).⁴ Como a série histórica é muito curta, não há como garantir que esta seja uma tendência efetiva, nem apontar as possíveis razões para este fato. Pode-se, todavia, especular que, em comparação ao Uruguai, onde a prática já compõe a estrutura de oportunidades da carreira, a “novidade” da reeleição no sistema político brasileiro pode ter estimulado um índice mais elevado de prefeitos a procurar usufruir da chance de permanecer mais quatro anos no cargo.

Parece prevalecer o argumento de CARDARELLO (2009, p. 65): o chefe do executivo tem várias vantagens estratégicas que reforçam os estímulos para que se reapresente. A primeira e mais óbvia delas, o fato de já estar no cargo, seguindo-se: ser um nome provavelmente mais conhecido do que os outros concorrentes, contar com

⁴ - Apesar de ser um fenômeno minoritário, é possível analisar as motivações pelas quais alguns desistem de buscar a reeleição, entre as quais se destacam: abandono da carreira, aposentadoria ou doença, para evitar uma derrota previsível ou por decisão do partido. Sobre o tema da desistência, não de prefeitos, mas de parlamentares no Brasil, recomenda-se: FLORENTINO (2008).

maior acesso aos meios de comunicação, mais facilidade para obter financiamento para a campanha, assim como recursos governamentais que podem ser usados direta ou indiretamente na eleição.

Tabela 3 – Resultado obtido pelos chefes dos executivos municipais do Brasil e do Uruguai que buscaram a reeleição, no período 2000-2010, em percentuais

Resultado	Brasil	Uruguai	Total
Reeleito	72,5	59,5	69,4
Derrotado	27,5	40,5	30,6
Total	(120)	(37)	(157)

Os dados trazidos pelas tab. 3 mostram que, no conjunto dos dois países, a maioria dos candidatos à reeleição teve sucesso (69%). As informações mostram que o índice é significativamente mais elevado no Brasil do que no Uruguai (73% a 60%). À luz dos dados analisados até o momento, pode-se dizer que é elevada a probabilidade do *incumbent* garantir um novo mandato. Porém, este não é um investimento alheio a riscos, ao contrário, o índice geral de 31% de insucesso não pode ser considerado desprezível.

A bibliografia internacional já demonstrou que, se é elevada a probabilidade de o *incumbent* garantir um novo mandato, também é fato que a presença dele cria uma competição do tipo plebiscitário, no qual está em julgamento a qualidade e a aceitação da gestão (JONES, 1999). Nesse sentido, a participação de um ex-prefeito na eleição tende a potencializar esta questão, pois estariam em disputa duas experiências de governo e, muitas vezes, duas fortes lideranças (CHASQUETTI/GARCÉ, 2000; CARDARELLO, 2001, 2005, 2009; BUQUET, 2005; LÓPEZ, 2007). Desse modo, um dos caminhos de análise é verificar quem derrota o *incumbent* e como ele se sai quando enfrenta antecessores.

Tabela 4 – Identificação de quem derrotou o *incumbent*, nas eleições locais do Brasil e do Uruguai, no período 2000-2010, em percentuais

Vencedor	Brasil	Uruguai	Total
Ex-Chefe Executivo	30,3	13,3	25,0
Desafiante	69,7	86,7	75,0
Total	(33)	(15)	(48)

A tab. 4 mostra que, quando o *incumbent* é derrotado, na ampla maioria dos casos, prevalece quem nunca havia exercido o cargo (75%). Os ex-chefes do executivo responderam por apenas 25% dessas derrotas. Nos dois países, o cenário se repete, mas há importantes diferenças nos índices entre eles: quando se defrontam com o *incumbent*, os ex-prefeitos conseguem proporcionalmente muito mais vitórias do que os ex-intendentes (30% a 13%).

Todavia, essas informações podem induzir a análise a um equívoco, pois não ponderam o número de ex-intendentes ou ex-prefeitos que buscavam retornar. Para vencer esta limitação, torna-se importante comparar o desempenho de cada categoria frente ao *incumbent*.

Tabela 5 – Vencedores das eleições locais do Brasil e do Uruguai, quando disputam *incumbent* e ex-chefe do executivo, no período 2000-2010, em percentuais

Vencedor	Brasil	Uruguai	Total
<i>Incumbent</i>	71,1	63,2	68,7
Ex-Chefe Executivo	22,2	10,5	18,8
Desafiante	6,7	26,3	12,5
Total	(45)	(19)	(64)

A tab. 5 mostra que, quando se defrontam o *incumbent* e um antecessor, a vantagem é de quem está no poder: em cerca de 68,7% dos casos, ele permanece no cargo. O índice é muito semelhante ao de reeleição (69,4%). O ex-chefe do executivo se consagra em 19% das oportunidades. No entanto, em 12,5% o vencedor não é nenhum dos dois, e sim um desafiante.

Brasil e Uruguai apresentam variações dignas de nota. O *incumbent* vence mais vezes no Brasil (71% a 63%), assim como os ex-prefeitos em comparação aos ex-intendentes (22% a 11%), mas os desafiantes têm obtido menos sucesso no país do que no Uruguai (7% a 26%).

Esse conjunto de informações, conjugados ao trazidos pela tab. anterior, aponta para o fato de que o Brasil possui um processo político mais centrado em quem ocupou ou ocupa o cargo. Quando o *incumbent* participa da disputa e há um ex-chefe do executivo, em 93% dos casos no Brasil o posto fica com um deles. No caso uruguaio, o índice é de 74%. Logo, no país vizinho, nos últimos três pleitos, concorrentes sem passagem pelo executivo têm conseguido superar em maior intensidade as antigas ou atuais autoridades.

Tabela 6 – Vencedores das eleições locais do Brasil e do Uruguai, quando disputam *incumbent* e candidatos que nunca exerceram o cargo, no período 2000-2010, em percentuais

Vencedor	Brasil	Uruguai	Total
<i>Incumbent</i>	73,3	52,6	69,1
Desafiante	26,7	47,4	30,9
Total	(75)	(19)	(95)

A tab. 6 mostra que, quando o *incumbent* tem como oponentes apenas candidatos que nunca exerceram o cargo, vence em aproximadamente 69%. O índice é um pouco mais elevado do que o apresentado, quando confronta antecessores (68,7%), mas um pouco menos intenso do que o conjunto das tentativas de reeleição (69,4%).

Desse modo, não faz muita diferença para ele quem seja o adversário, pois o percentual de sucesso varia pouco. Entretanto, há diferenças entre os países, novamente com índices mais elevados de sucesso dos desafiantes no Uruguai (47%) do que no Brasil (27%).

Tabela 7 – Vencedores das eleições locais do Brasil e do Uruguai, quando não há *incumbent* na disputa, e sim ex-chefe do executivo, no período 2000-2010, em percentuais

Vencedor	Brasil	Uruguai	Total
Ex-chefe Executivo	35,3	37,5	35,7
Desafiante	64,7	62,5	64,3
Total	(34)	(8)	(42)

Naquelas eleições em que o prefeito ou o intendente não participa da disputa, seja por desistência, seja por impedimento legal (segundo mandato consecutivo), mas há uma tentativa de retorno de um ex-chefe do executivo, predominam aqueles que nunca haviam exercido o cargo (64%), sendo que os resultados no Brasil (65%) e no Uruguai (63%) são muito semelhantes. Esta informação parece reforçar a menor competitividade dos ex-chefes do executivo, tanto frente aos detentores do poder quanto aos desafiantes.

Tabela 8 – Eleições municipais do Brasil e do Uruguai em que não há *incumbent* ou ex-chefes do executivo, no período 2000-2005

Vencedor	N
Brasil	32
Uruguai	12
Total	44

Por fim, a título de informação, apresentam-se os dados relativos à quantidade de disputas em que não havia candidato à reeleição (imediate ou mediada). Isso ocorreu em 44 das 243 eleições (18,1%). No Uruguai, essa situação corresponde a 21,1% dos pleitos e, no Brasil, a 17,2%.

Tabela 9 – Reeleição, retorno e renovação nas disputas para o executivo local, no Brasil e no Uruguai, no período 2000-2010, em percentuais

Situação	Brasil	Uruguai	Total
Reeleição	46,8	38,6	44,9
Retorno	11,8	8,8	11,1
Renovação	41,4	52,6	44,0
Total	(186)	(57)	(243)

A tab. 9 reúne o conjunto de informações trabalhadas anteriormente. Nos 243 pleitos, a reeleição corresponde a 45%. Uma parcela bem menor (11%) é formada por ex-chefes do executivo que retornaram depois de um período de interstício. Entre reeleições imediatas e mediadas tem-se 56%, ou seja, o mais comum é não ocorrer renovação, pensada como o acesso ao cargo de alguém que antes nunca o havia exercido em caráter definitivo. Por outro lado, há equilíbrio desta categoria (44%) em comparação à reeleição.

No que tange aos países, o índice de reeleitos no Brasil foi mais elevado do que no Uruguai (47% a 39%), assim como o de retorno (12% a 9%). A principal diferença, entretanto, reside na renovação, que atinge 53% dos casos no Uruguai e se constitui a categoria com maior incidência. No Brasil, ela atinge 41%.

Conclusão

O trabalho procurou analisar comparativamente o impacto que a reeleição do chefe do executivo local tem causado nos sistemas políticos do Brasil e do Uruguai. Centrou-se nas eleições de 2000 a 2008, nas 26 capitais estaduais e nos 32 municípios brasileiros que, desde 2000, haviam atingido 200 mil eleitores, bem como nas disputas de 2000 a 2010, nos 19 departamentos do país vizinho, em um total de 243 pleitos.

Identificou-se que 83% dos titulares dos executivos que poderiam pleitear um novo mandato procuraram se reeleger, sendo que a média brasileira se mostrou mais elevada do que a uruguaia (83% a 80%). O índice de sucesso dos prefeitos e dos intendentes é de 69%, com mais reeleições no Brasil em comparação ao Uruguai (73% a 60%).

Verificou-se que não faz diferença para o *incumbent* quem seja o seu adversário: ele vence 69% dos casos em que um ex-chefe do executivo participa da disputa ou quando figuram apenas desafiantes. O estudo também verificou a perda de espaço político daqueles que pretendem retornar ao governo, pois eles perdem a maioria dos pleitos em que concorreram apenas com quem nunca haviam exercido o cargo (64%, com variação de 63% a 65% entre os países).

No cômputo dos 243 municípios, houve 45% de reeleição imediata, 11% de reeleição mediada (retorno) e 44% de renovação. Os dados do Brasil são muito semelhantes a esta média geral (46% de reeleição do *incumbent*, 12% de ex-prefeitos e 41% a novos atores políticos). No Uruguai, a taxa de reeleição mediada é menor (9%), assim como o sucesso do *incumbent* (39%), conseqüentemente, a renovação maior (53%).

Questionamentos importantes – e que o caráter inicial deste trabalho e a brevidade do espaço não tornam possível responder, embora imponham a obrigação de apresentar – referem-se às razões e aos significados destes resultados gerais, assim como às diferenças verificadas entre os dois países.

Como diversas análises ponderaram, o advento da reeleição dos chefes do executivo modifica as estruturas de oportunidades de carreira dos políticos e as estratégias dos partidos, refletindo-se, também, nos índices de permanência e de renovação do legislativo. Igualmente, altera os cenários institucionais e a dinâmica em que se processam os pleitos, ao incluir mecanismos de *accountability* e ao dar origem a aqueles em que o titular do executivo concorre à reeleição (*incumbent*) e a aqueles em

que necessariamente há mudança, pois este não pode ou não quer se reapresentar (MAINWARING/SHUGART, 1997; SERRAFERO, 1997; SAMUELS, 1998; JONES, 1999; MENEGUIN/BUGARIN, 2001; AMES, 2003; ANASTASIA/MELO/SANTOS, 2004; MENDES/ROCHA, 2004; MENEGUIN/BUGARIN/CARVALHO, 2005; NAKAGUMA/BENDER, 2006; PEREIRA/RENNÓ, 2007; SAKURAI/MENDES, 2008). Estas características são ainda mais marcantes no caso brasileiro, pois a reeleição é uma instituição que se incorporou ao modelo político nacional há relativamente pouco tempo (aproximadamente 10 anos).

No Uruguai, ao inverso, a novidade não é a reeleição, mas o advento de um calendário próprio. Isso porque antes da reforma, a disputa departamental estava condicionada à nacional e praticamente não havia variação na votação dos partidos entre os dois níveis. Com a adoção de um calendário autônomo, ampliou-se a possibilidade de a eleição municipal tornar-se uma competição autônoma, na qual o fator local ganha força. Os cientistas políticos uruguaios se dedicaram a mapear o quanto o novo sistema político havia modificado de fato as eleições locais. As posições polares indicam que: 1) apesar de formalmente separadas, a pequena distância temporal entre as disputas, o peso da escolha do presidente e do sistema partidário nacional condicionam o resultado das municipais, logo, eventuais mudanças repetiriam aquelas ocorridas no país; 2) as eleições departamentais atingiram a plena autonomia, são 19 disputas concomitantes, dotadas de peculiaridades econômicas, geográficas e político-conjunturais, cuja efetiva compreensão exige incorporar tais distinções à análise. Em meios a elas, uma série de pesquisas que procuram identificar os significados dessas possíveis alterações, notadamente no que tange à formação de sistemas partidários departamentais e ao advento de lógicas regionais, bem como ao impacto que causam no sistema nacional. (BUQUET, 2000, 2005; YAFFÉ, 2000; MOREIRA, 2000, 2005; BOTINELLI, 2000, 2005; CHASQUETTI/GARCÉ, 2000; CARDARELLO, 2001, 2005, 2009; GUERRINI, 2000; MAGRI, 2000; TRAVERSA, 2001; IBARRA, 2001; LAURNAGA, 2001; SETARO, 2001; ARMELLINI, 2005; MAGRI/OROÑO, 2005; LÓPEZ, 2007; VAIRO, 2008)

Há estudos que mudam o foco, procuram analisar o fato de o titular do executivo poder pleitear a reeleição e verificar os efeitos que esta peculiaridade provoca, ainda mais quando associado à desvinculação formal que, desde 2000, a eleição departamental passou a ter (MAGRI, 2000; GUERRINI, 2000; CARDARELLO, 2001, 2005, 2009). Os resultados, ainda que limitados a três pleitos, quando comparados ao cenário brasileiro, apontam para a menor estabilidade do intendente. Este corre mais riscos de não se reeleger – embora haja o amplo predomínio da reeleição –, assim como os ex-intendentes se mostram menos competitivos do que os ex-prefeitos. Desse modo, o sistema político uruguaio tem se mostrado no período pós-1997 mais permeável a novas lideranças – quem nunca ocupou o cargo anteriormente – do que o brasileiro.

O trabalho não vai explorar esta perspectiva, a qual soa mais como hipótese do que conclusão, mas se supõe que este cenário decorre do fato de o peso institucional dos partidos ser maior no Uruguai do que no Brasil. Desse modo, a força das personalidades políticas é menos decisiva do que a dos partidos e aquelas ficam mais a reboque da percepção do eleitorado acerca das legendas. No Brasil, ao contrário, frente a um sistema partidário menos consolidado e com menos capacidade de influência decisória sobre o eleitorado, os titulares do executivo são avaliados muito mais por suas características pessoais. O resultado se reflete no maior êxito relativo dos prefeitos e dos ex-prefeitos em comparação aos intendentes e ex-intendentes.

Referências:

- AMES, Barry. 2003. *Os Entraves à democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- ANASTASIA, Fátima / MELO, Carlos Ranulfo Felix / SANTOS, Fabiano. 2004. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Unesp.
- _____. 2005. Elecciones Uruguayas 2004-2005: de la vieja oposición a la nueva mayoría In: Idem (Coord.). *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- ARMELLINI, Mauricio. Algunas notas sobre la evolución de las decisiones electorales en Uruguay In: BUQUET, Daniel (coord.) *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- BOTTINELLI, Oscar O. 2000. El ciclo electoral 1999-2000 y el sistema de partidos In: Vários Autores. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- _____. 2005. Un Balance de 8 de mayo. *El Observador*. Montevideo. 15 maio 2005. Disponível em: <http://www.factum.edu.uy/estpol/anaobs/2005/ano05019.html>
- BUQUET, Daniel (Coord.). 2005. *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- _____. 2000. Los Cambios que aseguraron la continuidad: coalición, reforma, elecciones y después In: Vários Autores. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- _____. 2005. Elecciones Uruguayas 2004-2005: de la vieja oposición a la nueva mayoría In: BUQUET, Daniel (coord.) *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- CARDARELLO, Antonio. 2001. Entre la continuidad y la disidencia: perfiles de campaña en Maldonado, Paysandú, Salto y Colonia LAURNAGA, María Elena (Coord.). *La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay*. Montevideo: Banda Oriental.
- _____. 2005. Los intendentes y la elección inmediata. Los efectos probables y apreciados en 2005 In: BUQUET, Daniel (coord.) *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- _____. 2009. *La Reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CHASQUETTI, Daniel / GARCÉ, Adolfo. 2000. Después del naufragio: el desempeño electoral del Partido Nacional In: Vários Autores. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- COPPEDGE, Michael. 2000. Partidos latinoamericanos: darwinismo político en la década perdida. *Revista Argentina de Ciencia Política*. Buenos Aires (4), dec.
- EL PAIS. Elecciones Departamentales 2010. Disponível em: <http://participacion.elpais.com.uy/eleccionesdepartamentales2010/>
- ESPECTADOR.COM. *Especial Municipales 2005*. Disponível em: http://www.espectador.com/municipales/x_departamentos.php
- GUERRINI, Aldo. 2000. El Peso político de los intendentes del interior: apuntes para una discusión a la luz de las últimas consultas electorales In: Vários Autores. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- IBARRA, Luis. 2001. Ensayos de futuro en un escenario hegemónico. Las elecciones municipales en Montevideo In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). *La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay*. Montevideo: Banda Oriental.
- JONES, Mark. 1999. Electoral laws and the effective number of candidates in presidential elections. *The Journal of Politics*. University of Texas Press. 61 (1), feb.
- LAURNAGA, María Elena / GUERRINI, Aldo. 1994. Del “Buen vecino” al “intendente emprendedor”: el rol de los intendentes departamentales en la reforma del Estado. *Revista Uruguay de Ciencia Política*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política (7).

- LÓPEZ, Santiago. 2007. ¿Cuán “Locales” son las elecciones municipales en Uruguay? Estimando independencia de resultados y comportamientos electorales. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política (16).
- MAGRI, Altair. 2000. La Llave del triunfo electoral en mayo 2000: reelección, continuidad y “por la vuelta” In: Vários Autores. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental/ Instituto de Ciencia Política.
- MAINWARING, Scott / JONES, Mark P. 2003. A Nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários: uma mediação empírica e sua aplicação ao caso das Américas In: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.). *O Sistema partidário na consolidação da democracia brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- MAINWARING, Scott / SCULLY, Timothy. (Ed.). 1995. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott / SHUGART, Matthew (Ed.). 1997. *Presidentialism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAINWARING, Scott / BRINKS, Daniel / PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. 2001. Clasificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. *Dados*, v.44 (4).
- MARENCO DOS SANTOS, André / SERNA, Miguel. 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.22 (64).
- MAGRI, Altair / OROÑO, Abel. 2005. Las Intendencias progresistas del interior: de la competencia electoral a las competencias para gobernar In: BUQUET, Daniel (coord.) *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- MENDES, Marcos / ROCHA, Carlos Alexandre Amorim. 2004. Reeleição sob informação imperfeita: evidência para os municípios brasileiros. *Série Texto para discussão*. Brasília: Departamento de Economia/UnB, (313), jun. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/313maio2004MarcoseCAlexandre.pdf>
- MENEGUIN, Fernando B. / BUGARIN, Maurício / CARVALHO, Alexandre X. de. 2005. O Que leva um governante à reeleição? *Textos para discussão*. Brasília, IPEA (1135), nov. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1135.pdf
- MENEGUIN, Fernando B. / BUGARIN, Maurício. 2001. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Revista de Economia Aplicada*, v.5 (3).
- MOREIRA, Constanza. 2006. Sistema de partidos, alternancia política e ideologia en el Cono Sur. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, (15).
- _____. 2000. A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Opin. Publica*. Campinas, v.6 (1), abr.
- _____. 2005. El Voto moderno y el voto clasista revisado: explicando el desempeño electoral de la izquierda en las elecciones de 2004 en Uruguay In: In: BUQUET, Daniel (coord.) *Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno. 2004-2005*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- NAKAGUMA, Marcos Yamada / BENDER, Siegfried. 2006. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Econ. Apl.* [online]. 10 (3).
- OLIVEIRA, Luzia Helena Hermann de. 2006. Presidencialismos em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Uruguai. *Dados*. Rio de Janeiro, v.49 (2).
- PEREIRA, Carlos / RENNO, Lucio. 2007. O Que é que o reeleito tem? O retorno: O esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 27 (4), out.-dez.
- PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. 2004. Las Instituciones electorales y su impacto político: los países del Mercosur en perspectiva comparada. *Revista Argentina de Ciencia Política*. Buenos Aires (7-8), set.
- SAKURAI, Sérgio N. / MENEZES FILHO, Naércio Aquino. 2008. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*. 137 (1-2), oct.
- SAMUELS, David J. 1998. *Careerism and Its Consequences. Federalism, Elections, and Policy Making in Brazil*. San Diego, University of California.

- SERNA, Miguel. 2004. *Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul*. Bauro: Edusc.
- SERRAFERO, Mario. 1997. *Reelección y sucesión presidencial. Poder y continuidad – Argentina, América Latina y EE. UU.* Buenos Aires: Belgrano.
- SHUGART, Matthew / CAREY, John. 1992. *Presidents and assemblies. Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAVERSA, Federico. 2001. Elecciones municipales de mayo de 2000: una perspectiva de análisis para interpretar los resultados y el caso particular del departamento de Colonia In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). *La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay*. Montevideo: Banda Oriental.
- VAIRO, Daniela. 2008. “Juntos pero no casados”: Los efectos de la reforma constitucional al interior de los partidos. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política v.17 (1), ene.-dic.
- Vários Autores. 2000. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política.
- YAFFÉ, Jaime. 2000. Nuevas reglas, viejos actores, ¿nuevos comportamientos? In: Vários Autores. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo: Banda Oriental – Instituto de Ciencia Política.